AC. EM CÂMARA

(05) 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL CMVC - 2020:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "Proposta - 2ª Revisão ORCAMENTAL CMVC 2020 - Estando em curso uma reprogramação do atual Quadro Comunitário Portugal 2020 e tendo, também, a Comissão Europeia no âmbito do combate ao COVID-19 permitido aos Estados Membros maior flexibilidade entre os eixos e condicionantes nos Programas Operacionais Regionais e Temáticos. Para um melhor aproveitamento desta reprogramação o Município de Viana do Castelo propõe reajustar alguns projetos/ações previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e introdução de novos projetos/ações. As alterações agora propostas identificam ações e projetos que anteriormente não tinham elegibilidade no Quadro Comunitário Portugal 2020, bem como, alguns projetos passam a ter financiamento na sua totalidade. Esta Revisão Orçamental, permite-nos avançar de imediato para a abertura de procedimentos concursais, garantindo a maturidade necessária para a apresentação das candidaturas resultante da reprogramação em curso. Em face do exposto, tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2020, constante nos quadros seguintes:

QUADRO 1 - RECEITA

	REFORÇOS	
ECONÓMICA DESCRIÇÃO		
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
100307	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNIATÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS	
10030701	FEDER	
1003070103	NORTE 2020	220.324,28 €
	TOTAL	220.324,28 €

QUADRO 2 - DESPESA

	REFORÇOS /			
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DIMINUIÇÕES	
02		CAMARA MUNICIPAL		
0203	DEPARTAMENTO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO			
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		
	0701	INVESTIMENTOS		
	070103	EDIFÍCIOS		
	07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		
000000000000000000000000000000000000000	0701030209	OUTROS	- 49.000,00€	
	07010305	ESCOLAS	1.000,00€	
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		
	07010413	OUTROS	1.000,00 €	
0205		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS		
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		
	0701	INVESTIMENTOS		
	070103	EDIFÍCIOS		
	07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		
	0701030209	OUTROS	49.000,00 €	
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		
	07010402	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	40.871,72€	
•	07010407	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ÁGUA	37.997,53 €	
•	07010409	SINALIZAÇÃO E TRANSITO	- 49.000,00€	
	07010413	OUTROS	49.000,00 €	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		
	07030301	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	101.455,03 €	
	07030308	VIAÇÃO RURAL		
	0703030802	REDE VIÁRIA MUNICIPAL - OBRAS	198.000,00 €	
	07030313	OUTROS	- 160.000,00€	
	220.324,28 €			

QUADRO 3 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

OBJETIV O	DESCRIÇÃO	REFORÇOS/DIMINUIÇÕES			
		2020	2021	2022	2023
01	EDUCAÇÃO				
0101	EDUCAÇÃO BÁSICA				
	EB 2/3S Pintor José de Brito		950.000,0€		
	Plano de Substituição Coberturas de Amianto	1.000,0 €	100.000,0 €		
02	CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES				
0202	DESPORTO E TEMPOS LIVRES				
	Requalificação Pavilhão Zé Natário/Monserrate	-49.000,0 €	-300.000,0€		
0206	PATRIMÓNIO CULTURAL				
	Requalificação Envolvente Igreja Stº António	1.000,0 €	100.000,0 €		
03	COESÃO SOCIAL				
0303	REDE SOCIAL				
	Centro Cuidados Meadela / Centro Saúde			-100.000,0€	

05	HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
0503	PLANEAMENTO				
050301	PLANEAMENTO				
05030402	ARU - DARQUE				
	Requalificação Frente Ribeirinha de Darque Nascente	-49.000,0€	50.000,0€		
	Interface Rodoferroviário de Darque - Areia (PMUS)		50.000,0€		
	Requalificação Espaço Público Quinta da Bouça		1 257 221 9 0		
	Nascente		1.257.221,8 €		
05030403	ARU - CIDADE POENTE				
	Requalificação do Espaço Público da Quinta de		836.953,6€		
	Monserrate 1.ª Fase		830.933,0 €		
	Requalificação do Espaço Público da Quinta de	1.000,0€	553.828,8 €		
	Monserrate 2.ª Fase	· ·	333.828,8 C		
05030403	Requalificação Rua D.Moisés A.Pinho (Rua Sobreiros)	-39.000,0€			
05030404	ARU - FRENTE RIBEIRINHA				
05030404	Pedonalização do Largo Santa Catarina	-160.000,0€			
05030405	ARU - CENTRO HISTÓRICO				
	Requalificação da Rua do Trigo, Rua Vedoria e	1.000,0€	753.222,8 €		
	Travessa S. Domingos	1.000,0 €	133.222,0 €		
05030407	ARU - FRENTE ATLÂNTICA				
	Requalificação Pavilhão Zé Natário / Monserrate	49.000,0€	300.000,0€		
0504	URBANIZAÇÃO				
050403	ARRUAMENTOS URBANOS				
	Arruamentos Urbanos Cabedelo	1.000,0€	750.000,0€		
08	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO				
	ZONAS/PARQUES EMPRESARIAIS,				
0801	INDUSTRIAIS E DE ATIVIDADES				
	ECONÓMICAS				
	ZI Neiva 1ª fase - Banco de Provas	49.000,0€			
09	COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES				
0901	CONSTRUÇÃO NOVAS VIAS MUNICIPAIS				
0901	Acesso rodoviário ao Porto de Mar				
0901	Nova Ponte Rio Lima				
0901	Via Acesso ao Vale do Neiva	149.000,0 €	100.000,0 €	2.500.000,0 €	5.400.000,0€
0901	Novo Acesso Rodoviário Perre				
0902	VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES				
090202	BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL				
	EN 308 / Barroselas	49.000,0 €	200.000,0€		
090206	PROGRAMA SUPRESSÃO PASSAGENS NÍVEL				
	PI Carreço	235.455,0 €	1.027.275,2 €		
	Reabilitação Apeadeiros e Casas das Guardas I.P.	-49.000,0 €			
090207	QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS				
	Qualificação do sistema de transportes públicos	-49.000,0 €			
10	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA				
1001	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA				
	Rede de Distribuição de Água nas Freguesias de Nogueira, Deocriste, Deão e Portela Suzã	-130.335,8€			
	Ampliação Rede Água e Águas Residuais Domésticas Vila Franca, Deão, Barroselas, Carvoeiro, Perre e Freixieiro e Soutelo	168.333,3 €	605.188,8€		
1002	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS				
	Ampliação da Rede de Drenagem Águas Residuais Margem Sul Freguesias de Mujães, Vila de Punhe,	-50.000,0 €			
	Barroselas/Mujães e Castelo de Neiva				
	Ampliação Rede Água e Águas Residuais Domésticas				
	Vila Franca, Deão, Barroselas, Carvoeiro, Perre e Freixieiro e Soutelo	90.871,7 €	404.543,8 €		
TOTAL	1	220.324,3 €	7.738.234,7 €	2.400.000,0 €	5.400.000,0 €
LUIAL		220.027,0 €	1.100.207,1 C	4.700.000,0 C	2,700,000,00

(a) José Maria Costa.". O Presidente da Câmara esclareceu ainda que a presente revisão orçamental visou aproveitar a reprogramação de alguns fundos comunitários permitindo assim apresentar novos projetos que de outro modo teriam que aguardar por novo quadro comunitário. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e ao abrigo das disposições do artº 33º, nº 1 alª ccc), e do artº 25º, nº 1, alª a), ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugadas com o disposto no ponto 8.3 do POCAL, propor à aprovação da Assembleia Municipal a presente revisão

orçamental. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vitor Lemos, Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido e Ricardo Rego e a abstenção dos Vereadores Paula Veiga, Hermenegildo Costa e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-"DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - Na linha do que foi referido anteriormente, no período Antes da Ordem do Dia, não consideramos prioritário a concretização de obras públicas na fase atual e nunca por não reconhecermos a sua importância. Esta 2º revisão orçamental visa, sobretudo, viabilizar projetos de obras públicas, que seriam mais oportunas noutras circunstâncias e noutro período de tempo, não tão próximo de um período eleitoral. Os compromissos para com os Vianenses nesta fase tão crítica deveriam passar por outras opções, que teriam que passar necessariamente por um apoio efetivo às pessoas, às famílias e à atividade empresarial e comercial local, de modo a mitigar os problemas socioeconómicos surgidos, entretanto, com a crise originada por este estado pandémico. É importante responder eficazmente aos constrangimentos em termos de empregabilidade, de capacidade económica das famílias e dos munícipes, da sustentabilidade da atividade dos comerciantes e empresários, de modo a minimizar os impactos que esta crise vai provocar no âmbito económico e socioeconómico. Esta é, sem dúvida, a nossa preocupação fundamental – criar o bem-estar pessoal, social e económico de todos, pessoas e agentes económicos, de modo a ultrapassarmos, de forma crucial e sustentável, esta fase que está a criar dificuldades a quem é mais vulnerável. (a) Paula Veiga; (a) Hermenegildo Costa.". "DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU - A situação que estamos a viver, decorrente do surto epidémico, confirma a nossa visão sobre o papel do Poder Local Democrático no Portugal de Abril, a validade do projecto autárquico que nos empenhamos em concretizar e a caraterização que temos feito da natureza e dos efeitos da política de direita. Assim gostaria de salientar os seguintes aspectos:- ⇒ A valorização da importância do Poder Local Democrático e o papel determinante que tem, a situação económica e financeira, na capacidade de resposta aos problemas do concelho; 🖈 A relevância da necessidade da defesa dos serviços públicos na resposta às necessidades das populações; 👄 O resultado de décadas de política de direita e o seu papel na fragilização dos serviços públicos; ⇒ O desastre que será a concretização do processo de transferência de competências/encargos, em particular na saúde e na educação, que o governo PS, aliado ao PSD teima em levar a cabo; ⇒ A insistência em políticas de desresponsabilização do poder central em matérias em que, mais do nunca se torna evidente, a necessidade de orientações e políticas nacionais como é são os casos da educação, dos apoios sociais e da política de investimento no Serviço Nacional de Saúde; Tem sido diversa a produção legislativa decorrente do surto epidémico, abrangendo muita dela as autarquias locais, com implicações em diversos domínios, como sejam, para além do funcionamento dos próprios órgãos autárquicos: ⇒ O do poder regulamentar (regras mais flexíveis para as isenções e os apoios sociais); ➡ O do quadro geral da gestão financeira (utilização do saldo de gerência, suspensão do princípio do

equilíbrio orçamental corrente e de medidas dos planos de ajustamento ou reequilíbrio financeiro); 🗢 O do acesso ao financiamento (regras de endividamento, antecipação de um duodécimo da participação nos impostos do Estado, possibilidade de contratar empréstimos de curto prazo e de médio e longo prazo apenas por deliberação da câmara e no caso dos empréstimos de médio e longo prazo alargamento da sua abrangência a despesas relacionadas com o Covid); ⇒ O da execução das despesas pública (procedimentos de contratação pública, regime dos compromissos, autorização de despesas, fiscalização prévia do Tribunal de Contas; diferimento de prestações para regularização de dívidas com os sistemas de águas);

→ Outros domínios específicos ou instrumentais (autoridade de transportes, animação cultural com reagendamento de espectáculos, pagamento parcial de valores já contratados ou conclusão de procedimentos em curso, ou ainda a gestão dos recursos humanos. Valorizando muitas destas medidas legislativas, algumas adoptadas com base em propostas apresentadas pelo PCP, outras há, no entanto, que mereceram a nossa oposição e que não asseguram o normal exercício de competências de cada um dos níveis de administração ou que distorcem o fim de instrumentos de gestão financeira já existentes. Tem-se vindo a abrir espaços para que as autarquias locais assumam intervenções que devem ser assumidas pelo governo. Não é possível determinar o impacto financeiro decorrente da situação epidémica que estamos a atravessar, quer pelas medidas que têm de ser tomadas para lhe fazer frente, quer pelas consequências económicas e sociais decorrentes da paralisação de muitos setores da atividade económica. Mas sem se poder determinar o real impacto, podem desde já antever-se, como traços principais: ⇒ O aumento geral da despesa corrente; 🗢 A tendência para assumir encargos e responsabilidades que não são da administração local, nomeadamente a nível das medidas de prevenção e de combate ao surto epidémico, das respostas sociais e de uma intervenção desproporcionada no apoio às empresas; 👄 A diminuição de impostos municipais, como é o caso do IMT e de uma previsível quebra na cobrança da receita de IMI; ⇒ A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento decorrente da redução global das receitas correntes. ⇒ Também a médio prazo e em virtude da redução da cobrança de IVA, IRC e IRS, uma diminuição na participação nos impostos do Estado; ⇒ Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo governo e pelo Estado, com reduções extraordinárias da participação nos impostos do Estado no segundo semestre deste ano e nos seguintes, interrompendo um percurso que, sendo claramente insuficiente, se tem traduzido num aumento anual das transferências do Orçamento de Estado; 🖈 Além das limitações da dívida total decorrente dos aspectos já referidos, é expectável que, em função do aumento de endividamento global do Estado, se possam vir a estabelecer limites mais apertados de endividamento municipal, como já aconteceu no passado; ⇒ Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafectação de recursos, o que vai ocasionar dificuldades na obtenção de fundos para investimentos municipais. Impõe-se,

neste quadro, o recurso contido e financeiramente ponderado aos vários instrumentos e possibilidades extraordinários com consciência de que não se traduzem em aumento de recursos e disponibilidades e que, a curto prazo, terão de ser ressarcidos por cada autarquia em circunstâncias mais difíceis e, em geral, com prejuízo da actividade e do exercício das competências próprias. Por tudo referido anteriormente e porque não concordamos que determinadas ações e projetos passem a assumir cabimentações menores (centro de cuidados de saúde da Meadela; Requalificação da zona Ribeirinha de Darque Nascente; Qualificação do sistema de transportes públicos; Rede de distribuição de água nas freguesias) a CDU irá abster-se neste ponto. (a) Cláudia Marinho.". "DECLARAÇÃO VOTO DO PS - Os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a 2º revisão Orçamental da Câmara municipal de Viana do castelo atendendo a que face à reprogramação dos fundos comunitários em curso do Portugal e Norte 2020 será possível às autarquias efetuarem novos projetos/ações que não estavam previstas na programação inicial ou reforçar projetos ou ações que terão reforço de financiamento. A votação favorável dos eleitos do Partido Socialista nesta 2ª Revisão orçamental permitirá efetuar novas obras de alargamento de abastecimento de água e águas residuais em Mujães, Vila de Punhe, Barroselas, Castelo de Neiva, Vila Franca, Deão, Carvoeiro, Perre e Freixieiro de Soutelo. (a) José Maria Costa; (a) Vitor Lemos, (a) Luis Nobre, (a) Carlota Borges, (a) Ricardo Carvalhido, (a) Ricardo Rego".

4 de Junho de 2020